

Juristas afugentam políticos do debate

LEITE FILHO
Da Editoria Política

Os senadores e deputados já quase não comparecem aos debates nas cinco comissões do Congresso que examinam a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, porque a maioria dos conferencistas está pregando uma Constituinte livre e soberana, ou seja, eleita ou indicada separadamente do pleito para a Câmara e o Senado.

Na sua grande maioria representando as entidades da chamada sociedade civil — OAB, ABI, CUT — ou simples juristas e historiadores, como é o caso de Maria Vitória Benevides, os conferencistas alegam que uma Constituinte misturada com o Congresso se tornará “viciada”.

Os políticos, no início, tentaram mostrar, com seu pragmatismo, que a única Constituinte pura da história brasileira, a de 1823, foi fechada pelo então Imperador, Dom Pedro I, que resolveu ele mesmo promulgar a primeira constituição do País.

De lá para cá, mesmo com o advento da República, em 1889, que gerou a Constituinte de 1891, todas as outras — 1934 e 1946 —, foram eleitas juntamente com o Congresso, pelo simples fato de que a eleição no Brasil é algo muito dispendioso, além de politicamente traumático.

UM PRESENTE

Toda essa argumentação não foi suficiente para demover os conferencistas, entre os quais se incluem nomes ilustres como Raymundo Faoro e Dalmo Dallari, para não falar no presidente da CUT, Jair Meneghelli, que insistiram na Constituinte pura.

A partir do momento que os políticos foram se apercebendo da irredutibilidade dos conferencistas, eles começaram a se afastar das várias comissões da Constituinte, a ponto de ontem, num dado momento na Comissão Mista do Congresso, só ter um senador para ouvir o jurista Dalmo Dallari.

Era o senador Nivaldo Machado (PFL-PE), suplente do ministro Marco Maciel, que não faltou até hoje a nenhuma sessão das muitas promovidas pela Comissão Mista que examina o ato convocatório da Constituinte, proposto por uma emenda do presidente José Sarney.

O vazio do plenário da comissão não serviu, contudo, de desestímulo para Dallari, que falou quase três horas sobre sua tese de Constituinte pura, na qual embutiu um corpo legislativo, o que intrigou ainda mais os políticos.

Alguns políticos que ficaram de fora da conferência de Dallari, como o mineiro Israel Pinheiro (PFL), levantavam dúvidas quanto ao real propósito da Constituinte pura, separada do Congresso. Um deles observou que “esta insistência indica que esses juristas estão querendo os lugares dos constituintes para eles mesmos e não para os políticos”.

O mesmo parlamentar lembrou a propósito a idéia, que passou a circular na Comissão Mista de uns tempos para cá, da convocação de uma Constituinte mista, ou seja, concomitante com o Congresso. Só que o Congresso seria eleito pelo povo, enquanto os delegados puramente constituintes seriam designados ou pelos partidos ou pelas entidades da sociedade civil. A tese chegou até o Conselho Político do Governo, mas foi derrubada.

Por sua vez, os juristas contra-atacam, sob a alegação de que as Constituintes nos países democráticos, como foi o caso da Espanha, Portugal e Grécia, os mais recentes exemplos de transição do autoritarismo para a democracia, foram todas soberanas.